

distorções tributárias, diz Maria Lucia

Perfil



FOTOS: CLAITON DORNELLES/ARQUIVO/JC

Maria Lucia Fattorelli Carneiro nasceu em Belo Horizonte (MG), em 10 de abril de 1956. Graduiu-se em Administração e em Contabilidade pela UFMG. Em 1982, passou em um concurso da Receita Federal, tornando-se auditora - profissão na qual se aposentou. Possui especialização MBA na Fundação Getúlio Vargas, em Administração Tributária. Em 1999, presidiu o sindicato dos auditores fiscais em Belo Horizonte. No mesmo ano, organizou o Fisco Fórum, movimento que reuniu auditores para analisar a dívida. Nos anos 2000, participou do

plebiscito popular sobre a dívida pública, organizado por entidades como a OAB e CNBB. Em 2001, foi criada a organização não-governamental Auditoria Cidadã da Dívida, coordenada por Maria Lucia até hoje. Entre 2009 e 2010, foi assessora técnica da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados. Foi filiada ao PSOL de 2009 a 2014. Chegou a concorrer a deputada federal em 2014. Deixou o partido ao final do pleito, a pedido do conselho político da Auditoria Cidadã, para preservar o caráter suprapartidário do órgão.

o exterior, aumenta o imposto sobre heranças e várias outras distorções do modelo. Então, a questão política é uma engrenagem inseparável. É justamente pela omissão brutal da classe política que esses mecanismos da política monetária, de política econômica, política tributária chegaram a essa vergonha (no modelo tributário brasileiro).

JC - A Auditoria Cidadã tem criticado as medidas do governo federal para combater a crise econômica, causada pela pandemia de coronavírus. Parte desses recursos está se perdendo no caminho e não estão chegando às empresas, aos cidadãos. Por quê?

Maria Lucia - No dia 20 de março, uma sexta-feira, o Congresso Nacional confirmou o estado de calamidade pública por causa da pandemia de coronavírus. Na segunda-feira, dia 23 de março, o Banco Central (BC) anunciou um pacote de R\$ 1,2 trilhão em medidas para dar liquidez aos bancos. Com isso,

eles deveriam emprestar dinheiro às empresas para que elas não precisassem fechar as portas ou demitir funcionários. A medida do BC buscava viabilizar empréstimos rápidos e baratos (com juros baixos), principalmente para as micro, pequenas e médias empresas - que são as que mais geram emprego no Brasil. Assim, o objetivo era evitar o desemprego.

JC - Na semana seguinte ao anúncio do BC, que foi bastante saudado, as empresas começaram a denunciar que os financiamentos não estavam chegando ou que o custo dos empréstimos estava muito alto, se tornando inacessíveis. O que aconteceu com esse R\$ 1,2 trilhão?

Maria Lucia - O que aconteceu no Brasil foi que o BC liberou liquidez para os bancos, mas os bancos não emprestaram. Em vez disso, ao embutir nos juros de mercado o risco da pandemia, dobraram as taxas. Ao mesmo tempo, várias linhas de

financeiras fazem uma espécie de depósito voluntário da sua sobra de caixa no BC (a sobra de caixa é o dinheiro que deveria ser destinado a linhas de crédito para empresas e pessoas, mas que acaba ficando no caixa dos bancos, devido à baixa saída de empréstimos). Em vez de eles (as instituições financeiras) emprestarem para as empresas e a população, eles pegam esse dinheiro (que não foi emprestado) e depositam no BC. Ao receber esse dinheiro, o BC passa a remunerar (pagar juros) os bancos todos os dias. Então, por que os bancos vão correr o risco de emprestar para uma empresa ou para uma família, se eles podem depositar o dinheiro no BC? Por isso, os bancos aumentam os juros dos financiamentos às empresas, para o dinheiro sobrar no seu caixa e eles depositarem essa sobra no BC. É importante dizer que essa dinâmica não tem fundamentação legal.

JC - O BC alega que a remuneração das sobras dos bancos serve para controlar a quantidade de moeda em circulação e, por consequência, a inflação...

Maria Lucia - Essa é a desculpa. Mas isso é desmentido por estudos do próprio BC, que apontam que a inflação no Brasil é provocada pelo aumento dos preços administrados e pelo aumento dos preços de alimentos. Os preços administrados são aqueles teoricamente controlados pelo governo, como combustível, gás de cozinha, planos de saúde, tarifas de energia elétrica, transporte público etc. A desculpa do BC para controlar a inflação é subir juros (o BC estimularia o aumento dos juros de mercado, através da remuneração da sobra de caixa dos bancos) e enxugar moeda. Só que subir os juros dos empréstimos para as empresas não faz o preço da gasolina cair. Da mesma forma, enxugar a moeda que está nos bancos disponível para empréstimos não faz o preço do tomate cair. Então, a desculpa de remunerar a sobra de caixa para controlar a inflação é desmentida pelo próprio BC.

JC - Alguns dias depois de anunciar R\$ 1,2 trilhão destinado à liquidez dos bancos, o governo também enviou uma PEC regulando as medidas que viriam a ser tomadas nos meses seguintes

para amenizar a crise. Essa PEC já foi aprovada, se tornando a Emenda Constitucional (EC) 106. O texto é objeto de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), que questiona a constitucionalidade da proposta. A Auditoria Cidadã criticou, pelo menos, 11 pontos dessa EC. Por quê?

Maria Lucia - Essa emenda tem uma série de regalias para o que denominamos sistema da dívida. Por exemplo, libera a emissão de títulos da dívida à vontade para pagar juros. Enquanto os gastos urgentes com educação e saúde estão submetidos ao teto de gastos, a dívida pública não está. Outro mecanismo criado foi a autorização para o BC comprar qualquer ativo dos bancos. No Senado, os parlamentares chegaram a detalhar quais ativos o BC poderia comprar. Mas, quando o texto foi para a Câmara dos Deputados, tiraram esse detalhamento. Então, não foi estabelecido o tipo de ativo que poderia ser comprado, nem o prazo do ativo, nem a origem. Nos últimos 15 anos, os bancos acumulam quase R\$ 1 trilhão de papéis podres nas suas carteiras. A EC 106 liberou o BC para comprar esses papéis, por exemplo.

JC - Quando o auxílio emergencial foi discutido no Congresso, o ministro Guedes argumentou que não havia recursos suficientes para conceder R\$ 600,00 - como foi aprovado.

Maria Lucia - As pessoas precisam perceber que não falta dinheiro no Brasil. Existe R\$ 1,5 trilhão de recursos disponíveis nos bancos para ser emprestado a empresas e pessoas físicas. Só que esse dinheiro é depositado no BC, sendo remunerado diariamente. Para essa remuneração, não falta dinheiro. Também não falta dinheiro para o governo comprar quase R\$ 1 trilhão de cestas de títulos, como ele propôs. Tudo isso sem contar as centenas de bilhões gastos no sistema da dívida. Então, o problema do Brasil não é o dinheiro, são as escolhas de onde gastar esses recursos. E essas escolhas estão conectadas com o modelo econômico. Um dos eixos que sustenta esse modelo é a política monetária do BC, que envolve a política de juros e liquidez da moeda. O outro eixo é o modelo tributário.

crédito que existiam antes da pandemia deixaram de existir. O resultado foi que, em abril, com um mês de pandemia, já tínhamos 600 mil empresas fechadas. A maioria era de pequenas empresas, conforme denunciaram as entidades representativas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu que o dinheiro ficou "empossado" nos bancos, que só passaram a emprestar, depois que o Congresso aprovou o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e que o Tesouro começou a injetar nos bancos para eles emprestarem. Em outras palavras, o Tesouro está dando garantias para os bancos. Ora, os bancos existem para emprestar dinheiro e o risco faz parte de qualquer negócio.

JC - Por que a maior parte dos recursos anunciados pelo BC não chegou às empresas?

Maria Lucia - Os bancos não emprestaram às empresas, porque o BC aceita que as instituições



Veja o vídeo com a entrevista completa acessando o QR Code ao lado ou através do canal do JC no Youtube

